



COMUNICAÇÃO SINDICAL EM TEMPOS DE PANDEMIA:

O enfrentamento do Movimento a Serviço do Brasil à reforma administrativa (PEC 32/2020) no ambiente digital¹

HAUBRICH, Alexandre²; ANDRADE, Bruna³.

Resumo: Neste artigo analisamos as publicações do Movimento a Serviço do Brasil (MSB) sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/2020 em sua página no Facebook em 2020. O MSB reúne 30 entidades representativas de diferentes setores do funcionalismo público e nasceu da coalizão entre essas organizações para fazer frente à narrativa do governo de Jair Bolsonaro (sem partido) sobre a chamada “reforma administrativa”. O objetivo deste artigo é compreender as estratégias, temas e argumentos utilizados pelo MSB para inserir no debate público suas perspectivas sobre a PEC 32/2020. Para isso, nos apoiamos nas perspectivas de debate público (WEBER, 2017) e micromobilizações (PRUDENCIO, 2014). Também discutimos as características da comunicação sindical (ARAUJO, 2009) e do próprio sindicalismo (MOMESSO, 1997). Da análise, evidencia-se que a narrativa construída pelo MSB se volta, sobretudo, para um público externo às bases das entidades que o compõem, acionando argumentos que falam sobre a precarização dos serviços públicos e o aumento da corrupção caso a reforma administrativa seja aprovada.

Palavras-Chave: Comunicação Pública. Reforma Administrativa. Movimento a Serviço do Brasil. Facebook.

Abstract: In this article we analyze the publications of the Movimento a Serviço do Brasil (MSB) about the Propose of Amendment to the Constitution 32/2020 on its Facebook page in 2020. The MSB is formed by 30 entities representing different sectors of the civil service and was created by the coalition between these organizations to confront the narrative of the government of Jair Bolsonaro (without a party) about the so-called “administrative reform”. The objective of this article is to understand the strategies, themes and arguments used by MSB to insert its perspectives about the PEC 32/2020 into the public debate. For this, we rely on the perspectives of the public debate (WEBER, 2017) and micro-mobilizations (PRUDENCIO, 2014). We also discussed the characteristics of trade union communication (ARAUJO, 2009) and trade unionism itself (MOMESSO, 1997). From the analysis, it is evident that the narrative constructed by the MSB turns, especially, to an external audience to the bases of the entities that compose it, using arguments that speak about the worsening of public services and the increase of corruption if the administrative reform is approved.

Keywords: Public Communication. Administrative Reform. Movement at the Service of Brazil. Facebook.

1 Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação Pública e Institucional da 9ª Edição do Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (9ª COMPOLÍTICA), realizado em formato remoto, de 24 a 28 de maio de 2021.

2 Doutor em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: alexandre.haubrich@gmail.com.

3 Mestre em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: bruna.andrade@ufrgs.br.



1. Introdução

Em 3 de setembro de 2020, o Poder Executivo federal enviou ao Congresso Nacional a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/2020⁴, que prevê uma reforma administrativa em todos os níveis da gestão pública brasileira. A proposta, ainda em tramitação quando finalizamos este artigo, em abril de 2021, vem sendo questionada e criticada por movimentos sociais, entidades sindicais, partidos de oposição, entre outros atores públicos. A proposição e seu questionamento deram início à composição de um debate público em torno do tema, estimulado pelo interesse público despertado e pelos conflitos entre os diferentes interesses envolvidos.

Entre os atores que se posicionaram contra a reforma administrativa apresentada pelo governo de Jair Bolsonaro (sem partido), está o Movimento a Serviço do Brasil (MSB), formado em novembro de 2020 por um grupo de sindicatos, associações e federações sindicais representativos de servidores e servidoras do serviço público que compõem diferentes categorias. Esse grupo foi criado justamente para combater a reforma administrativa e outras medidas do governo que, em seu entender, prejudicam o funcionamento dos serviços públicos. O MSB tem adotado variadas estratégias de ação, mas sua atuação, assim como a dos demais grupos contrários ou favoráveis à reforma, tem encontrado limites impostos por um fator específico do momento atual: a pandemia da Covid-19, que, desde março de 2020, gerou, até o final de abril de 2021, mais de 400 mil mortes no país, e dificultou a realização de protestos de rua, um dos repertórios historicamente mais utilizados pelo movimento sindical e popular.

Nesse contexto, ficou ressaltada a importância da internet como instrumento mobilizador e difusor de mensagens na constituição do espaço público e do debate público, um processo que já vinha em curso nos últimos anos e que ganha proeminência por conta das dificuldades impostas aos demais repertórios. O Movimento a Serviço do Brasil, assim, tem concentrado boa parte de suas forças para atuar a partir de sua página na plataforma de rede social digital Facebook⁵.

Em sua página no Facebook, o Movimento a Serviço do Brasil vem realizando publicações sobre a reforma administrativa e outras temáticas relacionadas à defesa dos

4 Disponível em www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2262083. Acesso em 28 de abril de 2021.

5 Disponível em www.facebook.com/aservicodobr. Acesso em 28 de abril de 2021.



serviços públicos. Nesse espaço, o MSB constrói sua narrativa sobre o tema e a oferece ao debate público, apontando perspectivas próprias e questionando as defendidas pelos setores favoráveis à reforma.

O objetivo deste artigo é compreender as estratégias, temas e argumentos utilizados pelo MSB em sua página no Facebook para inserir no debate público suas perspectivas sobre a PEC 32/2020. Para isso, analisamos todas as publicações realizadas nesse espaço em 2020 (03/11/2020 a 31/12/2020), totalizando 52 publicações analisadas a partir das seguintes características, detalhadas posteriormente: Formato, Origem, Fonte, Enfoque, Temas, Argumentos e Interações. Para dar suporte a essa análise, partimos de fundamentação teórica que leva em conta conceitos como debate público e micromobilizações, além da apresentação de aspectos relativos à comunicação sindical no Brasil.

2. A reforma administrativa

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/2020 foi enviada pelo governo de Jair Bolsonaro (sem partido) ao Congresso Nacional no dia 3 de setembro de 2020. A proposta prevê uma série de alterações no texto da Constituição Federal (CF) de 1988 e uma profunda reestruturação do serviço público em todo o país. Isso porque as mudanças previstas na chamada “PEC da reforma administrativa” valerão não apenas para os servidores vinculados ao Poder Executivo Federal, mas também para todos os vinculados aos demais Poderes, órgãos, empresas e autarquias públicas de todos os entes da Federação – União, estados e municípios, além do Distrito Federal. A PEC 32 altera 27 trechos da Constituição e introduz 87 novos, sendo quatro artigos inteiros.

As primeiras alterações propostas na PEC referem-se ao Art. 37 da Constituição. A emenda mexe nos princípios da administração pública, o que representa uma mudança de paradigma do Estado brasileiro. Atualmente, a CF coloca como princípios da administração pública a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência. A PEC inclui no referido artigo constitucional as premissas de imparcialidade, transparência, inovação, responsabilidade, unidade, coordenação, boa governança pública e subsidiariedade. Este último vem sendo apontado como um dos maiores pontos



de impacto da reforma, já que inverte a lógica hoje estabelecida na CF: ao invés de a iniciativa privada atuar de forma subsidiária ao Estado, é o Estado que passa, por princípio, a agir apenas de forma subsidiária à iniciativa privada. Isso significa que o Estado poderá atuar apenas de forma complementar ao setor privado.

A PEC também cria novas formas de vínculo no serviço público, não ficando o exercício deste restrito a concursados – seleções simplificadas poderão ser realizadas para a contratação de servidores por tempo determinado. A proposta do governo federal cria os cargos de “liderança e assessoramento”, contratados por processo seletivo simplificado e que poderão ser destinados também a atribuições “técnicas” e “estratégicas”, além das possibilidades atuais de “chefia e assessoramento” para cargos comissionados.

Nos casos de concursos públicos, a seleção passa a incluir um período de experiência para a composição da nota final e classificação. Para os aprovados, a reforma administrativa prevê estabilidade somente para aqueles investidos nos “cargos típicos de Estado”, que deverão ser definidos em lei complementar. O texto também amplia as possibilidades de demissão de servidores estáveis, possibilitando a perda do cargo em razão de decisão proferida por órgão judicial colegiado, além das possibilidades anteriormente previstas pela legislação.

O projeto ainda estabelece uma série de vedações a direitos hoje estabelecidos no serviço público em maior ou menor grau, como vantagens temporais, promoções baseadas exclusivamente em tempo de serviço, concessão e manutenção de parcelas indenizatórias que não tenham requisitos e valores fixados em lei, entre outros.

A reforma administrativa também retira a autonomia dos estados e municípios no que tange à remuneração e administração dos quadros próprios de pessoal. Hoje, a Constituição define que “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes”. Já pela proposta apresentada, uma lei complementar federal deverá estabelecer regras gerais de gestão de pessoas, política remuneratória e de benefícios, ocupação de cargos de liderança e assessoramento, organização da força de trabalho no serviço público, progressão e promoção funcionais,



desenvolvimento e capacitação de servidores, e duração máxima da jornada para fins de acumulação de atividades remuneradas.

Além das profundas mudanças nas carreiras públicas, a PEC também prevê o aumento de poder para o presidente da República, ampliando as possibilidades de governança por decreto. Somando-se às hipóteses já previstas, o presidente poderá, sem autorização prévia do Congresso, realizar a criação, fusão, transformação ou extinção de Ministérios e de órgãos diretamente subordinados ao Presidente da República; A extinção, transformação e fusão de entidades da administração pública autárquica e fundacional; A transformação de cargos públicos ocupados ou vagos; e alterar e reorganizar cargos públicos efetivos do Poder Executivo federal e suas atribuições.

3. O Movimento a Serviço do Brasil

O Movimento a Serviço do Brasil (MSB) foi lançado no dia 5 de novembro de 2020, reunindo 30 entidades sindicais que representam mais de 400 mil servidores de diferentes setores do funcionalismo público. São sindicatos e federações de todo o país que têm vínculos, predominantemente, com carreiras administrativas do Judiciário e Executivo – servidores do Ministério Público, do Poder Judiciário e fiscais tributários estaduais.

O MSB veio a público pouco mais de dois meses após a apresentação da PEC 32/2020, da reforma administrativa, ao Congresso Nacional. Apesar de ter ações também para o público interno das entidades que o compõem, o Movimento tem como principal objetivo sensibilizar a população sobre a importância dos servidores e dos serviços públicos para o país e denunciar o que entende como o caráter destrutivo da proposta de reforma para os serviços públicos.

Sob o guarda-chuva do MSB, foi lançada uma campanha nacional de enfrentamento à reforma administrativa. O custeio da campanha é dividido entre as entidades que integram o movimento, algumas das quais chegaram a promover ações de arrecadação extraordinárias junto às suas bases para o custeio da ação. Uma agência de publicidade localizada em Brasília, a In Press Oficina, foi contratada para o desenvolvimento da campanha, que tem ações de comunicação em mídias online e offline. Entre as ações que pudemos mapear, estão publicações e impulsionamento



(divulgações pagas) em redes sociais (Facebook e Instagram); produção de materiais em vídeo, imagem e texto sobre o tema; promoção de webinários; contratação de influenciadores digitais; assessoria de imprensa, com notas e entrevistas do movimento publicadas em diferentes veículos; produção de mídia offline (como outdoors).

Apesar de ter sido lançado para disputar a narrativa sobre a reforma administrativa, no final de 2020, o MSB assumiu também a pauta do enfrentamento à PEC 186/2019 (conhecida como “PEC Emergencial”). Inicialmente, a proposta previa a possibilidade de redução de até 25% do salário e jornada de trabalho dos servidores públicos, item que gerou apreensão no movimento sindical e que acabou retirado da proposta. A PEC 186/2019 acabou aprovada e promulgada pelo Congresso em março de 2021, incluindo na Constituição “gatilhos” para gastos de União, estados ou municípios que, quando atingidos, impedem a realização de concursos públicos, congelam salários e outras despesas em todos os setores do serviço público. A PEC Emergencial também previu recursos para o pagamento de um auxílio emergencial à população mais vulnerável – a oposição, incluindo o movimento sindical, defendia a aprovação do auxílio sem as medidas de austeridade.

Compõem o Movimento a Serviço do Brasil as seguintes entidades:

1. Ansemp - Associação Nacional dos Servidores do Ministério Público
2. Aojustra - Associação dos Oficiais de Justiça e Avaliadores Federais da Justiça do Trabalho da 2ª Região
3. Assemperj - Associação dos Servidores do Ministério Público do Rio de Janeiro
4. Assojaf (MG) – Associação dos Oficiais de Justiça Avaliadores Federais em Minas Gerais
5. Fenafisco – Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital
6. Fenajud - Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário nos Estados
7. Fenajufe - Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário e Ministério Público da União
8. Fenamp - Federação Nacional dos Trabalhadores dos Ministérios Públicos Estaduais
9. Fenassojaf – Federação Nacional das Associações de Oficiais de Justiça Avaliadores Federais
10. Serjusmig (MG) - Sindicato dos Servidores da Justiça de Primeira Instância do Estado de Minas Gerais
11. Sindifisco (MS) – Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Estadual de Mato Grosso do Sul
12. Sindijus (PR) – Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná
13. Sindijus (SE) - Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário de Sergipe
14. Sindissetima (CE) - Sindicato dos Servidores da 7ª Região da Justiça do Trabalho
15. Sindjuf (PA/AP) - Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal dos Estados do Pará e Amapá
16. Sindjufe (MS) – Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário Federal e Ministério Público da União
17. Sindjus (RS) - Sindicato dos Servidores da Justiça do Rio Grande do Sul
18. Sindjustiça (GO) - Sindicato dos Servidores e Serventuários da Justiça do Estado de Goiás
19. Sindsempmg (MG) - Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado de Minas Gerais
20. Sinjap (AP) - Sindicato dos Serventuários da Justiça do Estado do Amapá



21. Sinjus (MG) - Sindicato dos Servidores da Justiça de 2ª Instância do Estado de Minas Gerais
22. Sinsjusto (TO) - Sindicato dos Serventuários e Servidores da Justiça do Estado do Tocantins
23. Sintaj (BA) - Sindicato dos Servidores dos Serviços Auxiliares do Poder Judiciário do Estado da Bahia
24. Sintrajud (SP) - Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo
25. Sintrajufe (PE) - Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal em Pernambuco
26. Sintrajufe (RS) – Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal e do Ministério Público da União no Rio Grande do Sul
27. Sintrajusc (SC) - Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina
28. Sisejufe (RJ) – Sindicato dos Servidores das Justiças Federais no Estado do Rio de Janeiro
29. Sitraam (AM) - Sindicato dos Servidores da Justiça do Trabalho 11ª Região e Justiça Federal do Amazonas
30. Sitraemg (MG) – Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal no Estado de Minas Gerais

4. Fundamentação teórica

A compreensão da atuação do Movimento a Serviço do Brasil em sua página no Facebook passa necessariamente pelo suporte de instrumentos conceituais teóricos relacionados à temática. A seguir, traçamos aspectos vinculados a conceitos que consideramos centrais para essa análise. Primeiro, apresentamos noções sobre o conceito de debate público, as influências da ascensão da internet e as micromobilizações. Depois, tratamos da comunicação sindical no Brasil, fazendo um breve apanhado histórico de algumas transformações do setor e discutindo sua importância na ação coletiva de trabalhadores e trabalhadoras.

4.1. Debate público, internet e micromobilizações

A reforma administrativa, como tema de interesse público, que afeta o conjunto da sociedade, tem sido objeto de debate público sobre seus futuros efeitos. Mesmo que de alguma forma eclipsados pela pandemia da Covid-19, tema central do país desde o primeiro semestre de 2020, os argumentos e posicionamentos sobre a proposta de reforma ganham o espaço público pela intervenção de diferentes atores contrários ou favoráveis às mudanças defendidas pelo governo, conformando a dinâmica da comunicação pública em torno do tema.

A construção do debate público se dá a partir de algum gatilho – no caso da reforma administrativa, a apresentação da proposta pelo governo –, planejado ou espontâneo. A partir daí,



(...) o debate é acionado e os públicos se organizam para se manifestar, sendo que a disparidade no formato de participação está garantida, considerando a capacidade de cada público utilizar dispositivos de visibilidade e de comunicação com as competências de relações públicas, marketing, jornalismo e propaganda. (WEBER, 2017, p. 43).

Instala-se, então, a comunicação pública referente ao assunto em questão, entendida por Weber (2017, p. 23) como a “instância do debate público capaz de mobilizar a comunicação institucional do Estado (os três poderes e instituições), a comunicação midiática (mídias de massa, mídias alternativas) e a comunicação da sociedade (sociedade organizada, grupos e públicos)”.

O tema, de interesse público, passa a ser objeto de disputa impulsionada também por interesses privados, de diferentes setores sociais. A sugestão de defesa do coletivo, como aponta Weber (2017, p. 26), “é a marca retórica dos discursos e das práticas das democracias, embora a sociedade possa ser alijada das decisões sobre temas de interesse público”, embora sejam confrontadas, no espaço público, posições, opiniões e estratégias que nem sempre levam em conta a perspectiva pública ou coletiva. Esse confronto se dá por meio de discursos, argumentos, acionamento de temas e de distintas estratégias que marcam os segmentos sociais – mobilizações, ações de marketing, reuniões, audiências públicas, etc.

Nas últimas décadas, o surgimento e crescente popularização da internet reconfigurou o debate público e a esfera pública na qual este é desenvolvido. Castells (2003) percebe a internet como um rearticulador de mídias, mapas mentais e trocas sociais. Essa nova esfera pública é reconstruída a cada instante pela ação dos sujeitos, capazes de atuar de acordo com as possibilidades oferecidas nas diferentes plataformas. Sites, blogs e redes sociais digitais tornam-se espaços de difusão de conhecimento e de fluência da comunicação pública, embora com as limitações também existentes nesse cenário – como os algoritmos ou a autoridade das empresas que controlam as plataformas –, além dos limites impostos ao debate pelas próprias lógicas da sociedade capitalista, com seus recortes sociais.

Mesmo com suas limitações, Castells (2003, p. 262) destaca a liberdade essencial da internet: “a famosa ideia de que a Internet é algo de incontrolável, libertário etc. está na



tecnologia, mas porque ela foi desenhada, no curso de sua história, com essa intenção”. Em Haubrich (2016, p. 61), aponta-se, nesse sentido, que “desde que deixou de ser privilégio de alguns sujeitos e organizações isolados e passou a participar da vida da sociedade como um todo, a internet possibilitou – e impeliu a – que os seres humanos reorganizassem as trocas simbólicas, o ambiente cultural, a economia, a comunicação”.

Fortalecidas como estratégia de ação sobre o debate público pelas potencialidades da internet, fazem parte desse processo o que Prudencio (2014), a partir de Snow et al (1986), chama de “micromobilizações”. Essas micromobilizações referem-se “ao conjunto de processos interativos elaborados e empregados pelas OMS [organizações de movimentos sociais] e por seus representantes para mobilizar ou influenciar outros grupos na busca de interesses coletivos ou comuns” (SNOW et al, 1986 *apud* PRUDENCIO, 2014, p. 88). Essa conceituação parte do entendimento de que as ações coletivas digitais estão mais relacionadas a campanhas específicas do que às tradicionais grandes causas dos movimentos sociais, como luta por moradia e reforma agrária, por exemplo (PRUDENCIO, 2014).

Prudencio e Silva Junior (2015, p. 5), dialogando com Tarrow (2009), lembram que, já no século XX, os movimentos sociais passaram a utilizar alguns avanços das tecnologias de comunicação para coordenar e preparar a ação coletiva em grandes extensões territoriais, disputando, dessa forma, com partidos e grupos de interesse mais institucionalizados, além do próprio governo. Nesse sentido, Prudencio (2012) destaca que as redes sociais são cada vez mais associadas à ação política por facilitarem a mobilização e o protesto à distância, bem como pela capacidade de serem utilizadas na organização de manifestações presenciais.

O que está em jogo nas micromobilizações é o sentido de determinados aspectos da realidade social e a possibilidade, para os diferentes atores, de exercer influência sobre esse sentido. Assim, o que importa nos processos de micromobilização não é apenas “a presença ou a ausência de queixas, mas a maneira com que estas queixas são interpretadas e como estas interpretações são generalizadas e difundidas, o que nos leva a considerar que a mobilização é um processo fundamentalmente de comunicação política” (PRUDENCIO; SILVA JUNIOR, 2015, p. 4).



As tecnologias digitais permitem a ampliação desses repertórios de ação: além dos repertórios offline, que podem ser replicados pelo ativismo digital, há, ainda, aqueles próprios dos espaços online, como o uso de hashtags. No entanto, mesmo com adaptações e novos elementos no repertório, a mobilização continua dependendo de processos de comunicação e interação, seja face a face, seja através de dispositivos digitais (PRUDENCIO; SILVA JUNIOR, 2015). Isso vale para novas formas de organização social e também para setores tradicionais como o movimento sindical.

4.2. Comunicação sindical

A comunicação da classe trabalhadora organizada em entidades sindicais passou por grandes transformações desde seu início no Brasil. Não há uma forma única de divisão dessas transformações em períodos, mas a periodização formulada por Ferreira (1988) nos apresenta alguns importantes elementos para a compreensão dessa trajetória.

A autora propõe a divisão da história da imprensa operária nos séculos XIX e XX em três grandes etapas: a primeira é ligada ao anarcossindicalismo, com a imprensa operária em formação; a segunda, “sindical-partidária”, surge com a criação do Partido Comunista Brasileiro, em 1922, e segue até o golpe de 1964, com a mídia sindical vinculada ao ideário do PCB e atravessada pelas tentativas do governo de Getúlio Vargas e suas de controlar os sindicatos; por fim, a terceira etapa abarca a emergência de uma mídia propriamente sindical, com as entidades sindicais em reorganização durante a Ditadura Civil-Militar e com o início da chamada “abertura”.

Em nossa leitura, complementa a periodização de Ferreira (2008) a proposta por Araujo (2009). Para ele, são quatro as fases principais, sendo a última das apresentadas por Ferreira (1988) dividida, aqui, em dois momentos:

(...) primeiro, repressão política e social, com o aniquilamento quase total das organizações e de suas direções durante a primeira década. Nesse período, subsistirá apenas um sindicalismo de fachada, que rapidamente se tornará auxiliar do poder ditatorial. O segundo momento caracteriza-se pela retomada de um sindicalismo militante e autêntico, a partir do fim dos anos 1970, com o ressurgimento de uma forte imprensa sindical propriamente dita, a qual passa a incluir novas categorias profissionais. Chegará ao fim a predominância quase absoluta de uma imprensa de inspiração essencialmente operária desde os seus primeiros sinais de existência. Durante os anos 1980, enfim, esta nova imprensa



sindical vai se afirmar e iniciar um processo de crescimento e de modernização que se perpetuará até os dias atuais. (ARAUJO, 2009, p. 36).

Novas transformações – políticas e técnicas – alcançaram as últimas décadas, com destaque para a redemocratização – seguida, a partir de 2016, por um processo denominado por alguns autores como “desdemocratização” (TILLY, 2013) – e para o avanço da internet. Com sites e plataformas de redes sociais digitais, multiplicaram-se as possibilidades para que entidades sindicais constituíssem novas formas de comunicar-se com suas bases e com a sociedade.

Conforme Araujo (2009), a ampliação das pautas dos sindicatos para agentes políticos e econômicos capazes de decidir e, também, para o conjunto da sociedade, ganha potência no contexto digital:

Para os sindicatos, se antes comunicar era um ato que visava fundamentalmente à mobilização dos atores diretamente implicados na luta sindical (isto é, os trabalhadores em geral e eventualmente outros setores da sociedade em condições de pesar politicamente sobre os conflitos do trabalho e de apoiar a “causa” sindical), hoje, as ações de comunicação têm por finalidade, cada vez mais, sensibilizar a “opinião pública”, ente que se transformou numa espécie de árbitro dos conflitos que se travam no âmbito da sociedade. Esse princípio de ação forçou as organizações a se dotarem de meios de comunicação cada vez mais eficazes, decisão que os arrastou para uma lógica de concorrência acentuada com outras instituições sociais, como as empresas e as organizações rivais. (ARAUJO, 2009, p. 19).

As audiências externas ganham, assim, espaço nas ações comunicativas das entidades sindicais. Essa escolha exige reorientação de discursos e fortalecimento das ações nas chamadas “novas mídias”, onde é possível alcançar públicos mais diversificados. Há que se lidar, porém, com um contexto “superabundância e hiperconcorrência” da oferta midiática (ARAUJO, 2009, p. 24), em uma disputa que é tanto comunicativa quanto política.

Na internet, no rádio ou em materiais impressos, a comunicação sindical disputa espaços para apresentar suas demandas e ampliar, por meio do discurso, as lutas que travam cotidianamente também em outros espaços. Os meios de comunicação tornam-se braços dessa luta, carregando lógicas bastante distintas das apresentadas pelos setores dominantes da mídia. Os meios de comunicação dos sindicatos



não têm proprietário, e sua mensagem não é uma mercadoria a ser consumida; seu conteúdo é resultado do conjunto de informações, preocupações, propostas etc. produzido pela coletividade e para ela mesma. O jornal é um instrumento de informação, conscientização e mobilização; o receptor não é um elemento passivo, mas alguém que tem interesses comuns e participa da mesma forma de organização. (FERREIRA, 1988, p.6).

Mesmo a partir dessa perspectiva geral em relação às formas de ação da comunicação sindical, há importantes inflexões entre diferentes linhas de atuação. O sindicalismo encontra, na prática, as mais variadas linhas políticas, da conciliação à construção da luta de classes, passando por formas intermediárias que recorrem, por exemplo, ao foco exclusivo em pautas internas à categoria representada por cada entidade. Focamos, aqui, na perspectiva do sindicalismo classista, que Momesso (1997, p. 98) categoriza como imbuído de um “projeto de classe, que procura mobilizar amplas massas de trabalhadores com objetivo de conquistar melhores salários, condições de vida e trabalho, não se limita à luta reivindicatória como objetivo em si mesmo”. Por meio da mobilização, essa forma de sindicalismo visa “unir e organizar os trabalhadores e dar à sua organização o caráter de representatividade de toda a classe trabalhadora em oposição à classe burguesa” (p. 98). Nessa perspectiva, “o sindicato é visto como escola de formação da consciência de classe e da formação política dos trabalhadores” (p. 98).

Há, porém, a outra face do sindicalismo, limitada a interesses encerrados em sua própria categoria ou na burocracia. Para escapar desse caminho e apontar para a construção de um sindicalismo classista, sugere Momesso (1997, p. 111-112), é necessário que a comunicação seja pautada pela “interação interna da entidade, a interação da entidade com o sindicalismo, com outras entidades e com o conjunto da sociedade, cobrindo todas as atividades resultantes da vida sindical, desde as lutas mais simples dos trabalhadores até as questões teóricas e políticas mais complexas”.

Conforme o autor,

O projeto burguês tem seus sistemas de comunicação orientados pela concentração e centralização, características inerente ao capitalismo. O projeto dos trabalhadores é oposto. A força de sua comunicação não se encontra em aparatos centralizadores, mas em sistemas capazes de potencializar a ação militante, de abrir possibilidades para a participação massiva, de dar suporte a grandes e bem estruturadas organizações, ao trabalho de conscientização, de mobilização. É um crescimento simultâneo, dialético. (MOMESSO, 1997, P. 134).



Os sindicatos, assim, reinventam-se e reorganizam discursos e práticas comunicativas para que possam participar de forma mais efetiva dos debates públicos. A reforma trabalhista de 2017 dificultou essas ações, retirando recursos financeiros importantes dessas entidades, o que implicou, em muitos casos, em reduções nos orçamentos dos setores de comunicação. Essa nova realidade tem exigido novos esforços para que as entidades representativas dos trabalhadores possam se comunicar com o conjunto da sociedade e, dessa forma, fortalecer as lutas a que se propõem. O fortalecimento das centrais sindicais e a construção de grupos de sindicatos, caso do Movimento a Serviço do Brasil, é um dos caminhos encontrados nesse sentido.

5. Análise das publicações do Movimento a Serviço do Brasil

Desde o início da tramitação da proposta de emenda à Constituição 32/2020, a reforma administrativa, seu sentido está em disputa no espaço público. Diversos atores sociais apresentam diferentes perspectivas sobre a proposta, tentando fazer com que a sociedade adira a cada perspectiva e com que a proposta tenha o encaminhamento defendido por cada ator. Para isso, são construídas narrativas a partir do acionamento de temas e argumentos e de estratégias discursivas convergentes.

Neste artigo, nossa proposta é compreender a narrativa construída pelo Movimento a Serviço do Brasil (MSB) sobre a reforma administrativa. Para isso, analisamos, a seguir, todas as publicações realizadas pelo MSB em sua página no Facebook no ano de 2020. As publicações têm início em novembro, quando o Movimento é lançado, e, até o final de dezembro, totalizando 52.

Algumas dessas publicações não fazem referência direta à reforma administrativa, tratando de temas correlatos, como a proposta de emenda à Constituição 186/2019 (PEC Emergencial), que também trata de mudanças nos serviços públicos, ou questões genéricas sobre a importância dos serviços públicos para a população, por exemplo. Essas publicações foram mantidas na análise por fazerem parte, também, da narrativa construída pelo Movimento a Serviço do Brasil sobre o governo e os serviços públicos, compondo, portanto, parte de sua luta contra a reforma administrativa e em defesa dos serviços públicos.



Aqui, analisamos as publicações quanto às seguintes características: Formato (imagem, vídeo ou link), Linguagem (foto, card, live, depoimento, artigo, entrevista, etc.), Origem (própria ou compartilhamento), Fonte (própria ou de outro jornal, movimento, etc.), Enfoque (direitos dos servidores públicos, direitos da população ou outros), Temas (quais os temas das publicações), Argumentos (quais os argumentos acionados nas publicações) e Interações (quantas interações foram realizadas pelo público, somando-se “curtidas”, compartilhamentos e comentários).

Para tornar a análise mais clara, dividimos a observação dos dados em diferentes momentos. As informações sobre formato, linguagem, origem e fonte estão dispostas no Quadro 1:

QUADRO 1
Formato, Origem e Fonte das publicações

Código	Data	Formato	Linguagem	Origem	Fonte
MSB1	03/11/2020	Imagem	Foto de perfil	Própria	Própria
MSB2	03/11/2020	Imagem	Foto de capa	Própria	Própria
MSB3	03/11/2020	Imagem	Foto de perfil	Própria	Própria
MSB4	03/11/2020	Imagem	Card	Própria	Própria
MSB5	03/11/2020	Vídeo	Live	Própria	Própria
MSB6	04/11/2020	Imagem	Card	Própria	Própria
MSB7	05/11/2020	imagem	Card	Própria	Própria
MSB8	05/11/2020	Vídeo	Live	Própria	Própria
MSB9	05/11/2020	Vídeo	Depoimento	Própria	Própria
MSB10	06/11/2020	Imagem	Card	Própria	Própria
MSB11	09/11/2020	Imagem	Card	Própria	Própria
MSB12	10/11/2020	Imagem	Card	Própria	Própria
MSB13	11/11/2020	Imagem	Card	Própria	Própria
MSB14	12/11/2020	Imagem	Card	Própria	Própria
MSB15	13/11/2020	Imagem	Card	Própria	Própria
MSB16	13/11/2020	Imagem	Card	Própria	Própria
MSB17	16/11/2020	Imagem	Card	Própria	Própria
MSB18	16/11/2020	Link	Artigo	Própria	O Estado de S. Paulo
MSB19	17/11/2020	Imagem	Card	Própria	Própria
MSB20	18/11/2020	Imagem	Card	Própria	Própria
MSB21	19/11/2020	Imagem	Card	Própria	Própria
MSB22	20/11/2020	Imagem	Card	Própria	Própria
MSB23	23/11/2020	Imagem	Card	Própria	Própria
MSB24	24/11/2020	Imagem	Card	Própria	Própria
MSB25	25/11/2020	Imagem	Card	Própria	Própria
MSB26	26/11/2020	Imagem	Card	Própria	Própria
MSB27	27/11/2020	Link	Artigo	Própria	O Estado de S. Paulo
MSB28	27/11/2020	Imagem	Card	Própria	Própria
MSB29	30/11/2020	Imagem	Card	Própria	Própria
MSB30	01/12/2020	Link	Notícia	Própria	Correio Braziliense
MSB31	01/12/2020	Imagem	Card	Própria	Própria
MSB32	03/12/2020	Imagem	Card	Própria	Própria



MSB33	03/12/2020	Imagem	Card	Própria	Própria
MSB34	07/12/2020	Imagem	Card	Própria	Própria
MSB35	08/12/2020	Imagem	Card	Própria	Própria
MSB36	09/12/2020	Imagem	Card	Própria	Própria
MSB37	10/12/2020	Imagem	Card	Própria	Própria
MSB38	11/12/2020	Imagem	Card	Própria	Própria
MSB39	14/12/2020	Imagem	Card	Própria	Própria
MSB40	15/12/2020	Imagem	Card	Própria	Própria
MSB41	16/12/2020	Imagem	Card	Própria	Própria
MSB42	18/12/2020	Imagem	Card	Própria	Própria
MSB43	21/12/2020	Imagem	Card	Própria	Própria
MSB44	22/12/2020	Imagem	Card	Própria	Própria
MSB45	23/12/2020	Imagem	Card	Própria	Própria
MSB46	24/12/2020	Vídeo	Argumentação	Própria	Própria
MSB47	25/12/2020	Vídeo	Argumentação	Própria	Própria
MSB48	28/12/2020	Imagem	Declaração	Própria	El País
MSB49	29/12/2020	Imagem	Card	Própria	Própria
MSB50	29/12/2020	Imagem	Card	Própria	Própria
MSB51	30/12/2020	Imagem	Card	Própria	Própria
MSB52	31/12/2020	Imagem	Card	Própria	Própria

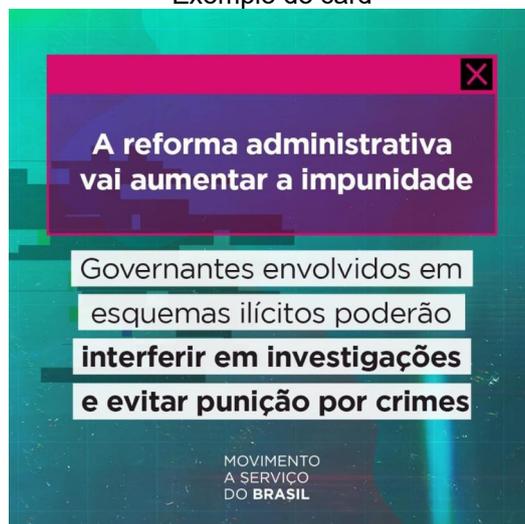
Fonte: Facebook Movimento a Serviço do Brasil. Elaboração própria.

Observa-se no Quadro 1 a utilização predominante de imagens nas publicações. São 44 imagens, contra apenas 5 vídeos e 3 links. Os links são todos direcionados para fontes externas, nos três casos sites de jornais de grande circulação. Em relação à linguagem, os cards predominam, aparecendo em 40 das 52 publicações observadas. A origem é própria em todas as publicações, ou seja, não há nenhum compartilhamento de publicação realizada originalmente por outra página no Facebook. E em 48 casos também é própria a fonte.

Os resultados da observação do Quadro 1 reforçam a ideia de que o Movimento a Serviço do Brasil busca construir uma narrativa própria, autônoma, vinculada a estratégias formuladas pelo movimento. Para isso, utiliza-se fundamentalmente de imagens estáticas (visualizadas em sua totalidade de forma imediata pelo público), criadas em linguagem de card (o que permite marcar, por exemplo, uma determinada linguagem visual própria), publicadas diretamente em sua página e tendo como fonte as perspectivas do próprio movimento. A Imagem 1 traz um exemplo do tipo de cards utilizados:



Figura 1
Exemplo de card



Fonte: Página do Movimento a Serviço do Brasil no Facebook.

Já no Quadro 2, observamos os enfoques e os temas acionados em cada uma das publicações analisadas:

QUADRO 2
Enfoques e temas

Código	Enfoque	Temas
MSB1	Não se aplica	Não se aplica
MSB2	Direitos da população	Não se aplica
MSB3	Não se aplica	Não se aplica
MSB4	Direitos da população	Corrupção, qualidade
MSB5	Programação live lançamento MSB	Não se aplica
MSB6	Chamada lançamento MSB	Não se aplica
MSB7	Chamada lançamento MSB	Não se aplica
MSB8	Live lançamento MSB	Não se aplica
MSB9	Direitos da população	Agilidade
MSB10	Direitos da população	Corrupção, agilidade, meritocracia, transparência
MSB11	Direitos da população	Agilidade, jornada
MSB12	Direitos da população e dos servidores	Corrupção, estabilidade, autonomia
MSB13	Direitos da população e dos servidores	Corrupção, agilidade, meritocracia, capacitação
MSB14	Direitos da população	Importância serviços públicos
MSB15	Direitos da população	Corrupção, eficiência
MSB16	Direitos da população	Corrupção, agilidade
MSB17	Direitos da população	Corrupção
MSB18	Direitos da população	Agilidade
MSB19	Direitos da população e dos servidores	Corrupção, autonomia
MSB20	Direitos da população	Agilidade, jornada
MSB21	Chamada grupo do MSB no Whatsapp	Não se aplica
MSB22	Direitos da população e dos servidores	Corrupção, estabilidade, autonomia
MSB23	Direitos da população	Autonomia, qualidade
MSB24	Direitos da população	Estabilidade, autonomia



MSB25	Direitos da população, chamada p/ petição	Corrupção, qualidade, agilidade
MSB26	Direitos da população	Qualidade, transparência
MSB27	Direitos da população e dos servidores	Estabilidade, precarização, qualidade
MSB28	Direitos da população	Agilidade, arrecadação, jornada
MSB29	Direitos da população	Solidariedade
MSB30	Direitos da população	Importância serviços públicos
MSB31	Direitos da população	Importância serviços públicos
MSB32	Direitos da população	Agilidade, eficiência
MSB33	Direitos da população	Estabilidade, corrupção, qualidade
MSB34	Direitos da população	Arrecadação, jornada
MSB35	Direitos da população	Jornada, qualidade, agilidade
MSB36	Direitos da população	Corrupção
MSB37	Direitos da população	Jornada
MSB38	Direitos da população	Importância serviços públicos
MSB39	Direitos da população e dos servidores	Corrupção, autonomia
MSB40	Direitos da população e dos servidores	Produtividade, estabilidade
MSB41	Direitos da população e dos servidores	Propostas alternativas
MSB42	Direitos da população	Autonomia, impunidade
MSB43	Direitos da população	Propostas alternativas
MSB44	Direitos da população	Corrupção, arrecadação
MSB45	Direitos da população, chamada p/ petição	Corrupção, qualidade, agilidade
MSB46	Direitos da população	Qualidade, corrupção, autonomia, estabilidade
MSB47	Direitos da população	Importância serviços públicos
MSB48	Direitos da população	Corrupção, eficiência, impunidade
MSB49	Direitos da população	Estabilidade, qualidade, corrupção
MSB50	Direitos da população	Eficiência, corrupção, qualidade
MSB51	Direitos da população	Importância serviços públicos
MSB52	Direitos da população, chamada p/ petição	Autonomia, capacitação, qualidade

Fonte: Facebook Movimento a Serviço do Brasil. Elaboração própria.

Pode-se perceber que a estratégia discursiva do Movimento a Serviço do Brasil é convencer a população em geral de que a reforma irá prejudicá-la. Em 45 das 52 publicações o enfoque é nos direitos da população, com os direitos dos servidores aparecendo apenas de forma anexa em alguns dos materiais. O foco, assim, não está nem nas categorias representadas pelos sindicatos agrupados no MSB, nem nos servidores públicos em geral, que também terão direitos e questões de trabalho afetados pela reforma, caso aprovada. O foco do MSB é convencer a população como um todo de que a proposta não é benéfica para a maioria dos brasileiros e brasileiras.

Na coluna dos temas, percebe-se quais temáticas foram acionadas nessa ação de conexão com a população. A corrupção é o tema mais recorrente, presente em 18 publicações. Também aparecem temas como a eficiência, a agilidade e a qualidade dos serviços públicos, sua importância para a população e a necessidade de garantir autonomia para os servidores, em especial por meio da garantia de estabilidade. Em



alguns momentos, notadamente na parte final do ano, o MSB também passa a apresentar algumas propostas alternativas à reforma administrativa, com mudanças no setor público que, no seu entender, poderiam beneficiar a população.

No Quadro 3, a seguir, estão dispostos os principais argumentos acionados em cada uma das publicações do MSB em 2020:

QUADRO 3
Argumentos

Código	Argumentos
MSB1	Não se aplica
MSB2	Servidores servem à população, reforma não serve para o cidadão
MSB3	Não se aplica
MSB4	Reforma administrativa prejudica a população, cria brechas para que políticos corruptos possam interferir no serviço público, além de prejudicar a qualidade do atendimento à população
MSB5	Não se aplica
MSB6	Não se aplica
MSB7	Não se aplica
MSB8	Não se aplica
MSB9	Celeridade de serviços como os processos relacionados à violência contra a mulher pode ser prejudicada pela PEC Emergencial
MSB10	Reforma e PEC Emergencial irão gerar mais corrupção, menos agilidade, menos meritocracia, menos transparência
MSB11	Redução de jornada com a PEC Emergencial vai sobrecarregar os serviços públicos e deixar o Judiciário mais lento, "o que inclui casos de violência doméstica, abuso infantil e latrocínio"
MSB12	Políticos poderão fazer ameaças, retaliações e demitir servidores e servidoras que se opuserem a esquemas de corrupção - estabilidade
MSB13	Reforma e PEC tornam o serviço público mais lento, aumentam a corrupção, prejudicam a meritocracia e a capacitação de servidores. "Que serviço público você quer para o país?"
MSB14	Recursos arrecadados pelo Judiciário ajudam a combater a pandemia; fortalecer serviços públicos
MSB15	Reforma adm. abre brechas para a corrupção e torna o serviço público mais ineficiente
MSB16	Reforma adm. aumenta corrupção e PEC deixa o atendimento mais lento; piorar os serviços públicos não é a solução (condicionamento, pelo governo, do auxílio emergencial à aprovação da PEC Emergencial)
MSB17	Reforma adm. pode aumentar a corrupção no país
MSB18	PEC Emergencial irá tornar o Judiciário mais lento
MSB19	"Com o fim da estabilidade no serviço público, políticos poderão demitir concursados para contratar comissionados. Serão cada vez mais comuns ameaças e retaliações para servidores e servidoras que se opuserem a esquemas de corrupção"
MSB20	"Ao reduzir em 25% a jornada, a PEC Emergencial torna o serviço público menos ágil. São mais de 100 mil mulheres que podem ficar sem acesso à justiça. E a impunidade estimula o agressor a cometer mais crimes. Esse é o país que você quer?"
MSB21	Não se aplica
MSB22	Com a reforma, servidor que se colocar contra a corrupção no trabalho pode ser demitido por um governante corrupto
MSB23	Com a reforma, "crimes e investigações podem sofrer interferências políticas, comprometendo assim a qualidade do serviço"
MSB24	A estabilidade dos servidores é uma garantia para a sociedade, garantindo a imparcialidade nos serviços prestados à população
MSB25	"Em vez de trazer melhorias, a reforma administrativa cria brechas para aumentar a corrupção, prejudica o atendimento aos cidadãos e torna o serviço público menos ágil"



- MSB26 Divulgação de ferramenta do Ministério Público do Paraná para fiscalizar gastos públicos com medicamentos: "Esse é mais um exemplo de como a atuação do serviço público beneficia os cidadãos e as cidadãs"
- MSB27 Fim da estabilidade e precarização causados pela reforma irão prejudicar a sociedade ao piorar os serviços prestados pelo Estado
- MSB28 Redução da jornada com a PEC torna a crise mais grave, deixando os serviços (cita o Judiciário) mais lentos e prejudicando a arrecadação do Estado
- MSB29 Se o serviço público ficar parecido com a iniciativa privada, necessidades coletivas ficarão em segundo plano
- MSB30 Defesa da ampliação dos serviços públicos prestados à sociedade
- MSB31 Defender o SUS é ser contra a reforma administrativa e a PEC Emergencial - cortes e demissões irão prejudicar serviços
- MSB32 A PEC Emergencial piora a eficiência e a agilidade do serviço público - qual serviço público você quer?
- MSB33 Fim da estabilidade vai aumentar corrupção e prejudicar o atendimento à população
- MSB34 Redução de jornada pela PEC diminui a arrecadação de recursos para políticas públicas
- MSB35 Aproveita o Dia da Justiça para destacar que redução da jornada no Judiciário, via PEC Emergencial, deixará processos sem solução - "Essa é a Justiça que você quer para o Brasil?"
- MSB36 Dia Internacional Contra a Corrupção: reforma administrativa vai piorar quadro da corrupção no país, que já é ruim
- MSB37 Nota sobre retirada da redução de jornada da PEC Emergencial, destacando que item traria prejuízos ao país
- MSB38 Divulgação de materiais do Tribunal de Justiça do Distrito Federal sobre violência de gênero
- MSB39 Mesmo que corte gastos, reforma aumenta a corrupção e permite assédio a servidores que se colocarem contra práticas corruptas
- MSB40 Setor público é mais produtivo do que setor privado, estabilidade não é falta de produtividade, mas uma garantia para a sociedade
- MSB41 Em vez de reduzir salários, jornadas e contratações, para deixar o Estado mais eficiente e gerar economia é preciso revisar formas de contratações externas e compras e desburocratizar os setores
- MSB42 Reforma vai aumentar a impunidade por permitir interferências de governantes em investigações
- MSB43 Defende uma reforma que desburocratize o Estado e implemente governança digital, sem retirar direitos da população
- MSB44 Reforma não irá equilibrar as contas públicas, mas sim gerar mais corrupção e queda na arrecadação
- MSB45 "Em vez de trazer melhorias, a medida cria brechas para aumentar a corrupção, prejudica o atendimento aos cidadãos e torna o serviço público menos ágil"
- MSB46 Reforma piora a qualidade dos serviços públicos, abre brechas para a corrupção e permite o apadrinhamento nos cargos ("Argumentos para usar no Natal")
- MSB47 Destaca "lista de presentes" do serviço público para a população (Natal) e destaca que, com reforma, a população será prejudicada
- MSB48 Em vez de melhorar a eficiência do serviço público, a reforma administrativa aumenta a corrupção e prejudica o combate ao crime.
- MSB49 Estabilidade preserva a qualidade dos serviços e evita a corrupção
- MSB50 Reforma não vai melhorar a eficiência, e sim aumentar a corrupção e prejudicar a qualidade dos serviços
- MSB51 Servidores seguiram trabalhando em 2020 em meio à pandemia - post de final de ano - "Muita coisa parou, mas os serviços que você tanto precisa continuaram", "Assim seguiremos em 2021, se a reforma administrativa não nos impedir de continuar prestando um serviço público de qualidade para todos os brasileiros e brasileiras"
- MSB52 Reforma "amplia as indicações políticas em cargos de chefia e expõe o serviço público a interesses partidários" - o serviço público que desejamos para 2021: fim do aparelhamento, investimento no atendimento à população, mais capacitação

Fonte: Facebook Movimento a Serviço do Brasil. Elaboração própria.



Os argumentos acionados pelo Movimento a Serviço do Brasil estão relacionados aos temas já analisados acima. Aqui, porém, pode-se notar as especificidades de cada linha argumentativa. A ideia geral que o MSB tenta passar à população é de que a proposta de reforma administrativa apresentada pelo governo, se aprovada, irá prejudicar a maioria dos brasileiros e brasileiras, por diversos motivos. O mais destacado pelo MSB é o aumento da corrupção. O argumento é de que, com a abertura de variadas formas de contratação para o serviço público – e não mais apenas por concurso –, serão mais comuns práticas de “apadrinhamento”, “aparelhamento” e indicação de aliados políticos para os cargos hoje ocupados por servidores concursados. São exemplos disso as publicações MSB4, MSB12, MSB16, MSB24, entre outras. Além disso, conforme o MSB, a estabilidade dos servidores, ameaçada pela reforma, é instrumento importante no combate à corrupção, pois garante a autonomia dos servidores na realização de seu trabalho, limitando as possibilidades de intervenção das chefias (MSB19, MSB22, MSB39, entre outras).

Outra linha de argumentação recorrente refere-se à agilidade e qualidade dos serviços públicos. Nesse sentido, em diversos momentos o Movimento a Serviço do Brasil refere-se também à PEC 186/2019 e, especificamente, ao item dessa proposta que previa a redução de salários e jornadas de servidores e servidoras em até 25% (esse item acabou retirado da proposta antes de sua aprovação e promulgação, em março de 2021). Esses argumentos aparecem nas publicações MSB10, MSB13, MSB28, entre outras. Ainda em relação à PEC 186/2019 e à possibilidade de redução de salários e jornadas, o MSB argumenta que essa mudança também geraria queda na arrecadação do Estado, prejudicando o investimento em serviços importantes para a população (MSB28, MSB34 e MSB44).

Em outras publicações, o MSB deixa de fazer referência às propostas do governo para falar diretamente da importância dos serviços públicos, como no caso da publicação MSB26, na qual divulga ferramenta criada pelo Ministério Público do Paraná para fiscalizar gastos públicos com medicamentos. Porém, o movimento admite que há problemas na prestação de serviços públicos e, por isso, nas publicações MSB41 e



MSB43, defende propostas alternativas, afirmando ser preciso “revisar formas de contratações externas e compras e desburocratizar os setores” e “uma reforma que desburocratize o Estado e implemente governança digital, sem retirar direitos da população”.

Por fim, no Quadro 4, vemos as interações do público com cada uma das publicações:

QUADRO 4
Interações

Código	Interações	Código	Interações	Código	Interações	Código	Interações
MSB1	13	MSB14	10	MSB27	29	MSB40	4,1 mil
MSB2	15	MSB15	1,6 mil	MSB28	3,7 mil	MSB41	2 mil
MSB3	15	MSB16	33	MSB29	2,5 mil	MSB42	2,1 mil
MSB4	25	MSB17	5,9 mil	MSB30	21	MSB43	47
MSB5	69	MSB18	14	MSB31	71	MSB44	3,1 mil
MSB6	16	MSB19	2,7 mil	MSB32	1,5 mil	MSB45	40
MSB7	22	MSB20	2,5 mil	MSB33	6,7 mil	MSB46	24
MSB8	55	MSB21	22	MSB34	45	MSB47	55
MSB9	29	MSB22	7 mil	MSB35	36	MSB48	50
MSB10	55	MSB23	4,5 mil	MSB36	54	MSB49	56
MSB11	21	MSB24	2,4 mil	MSB37	41	MSB50	66
MSB12	9,8 mil	MSB25	4,8 mil	MSB38	23	MSB51	33
MSB13	364	MSB26	1,7 mil	MSB39	2,4 mil	MSB52	57

Fonte: Facebook Movimento a Serviço do Brasil. Elaboração própria.

O Quadro 4 mostra grandes variações entre as publicações no que se refere à quantidade de interações do público, somando-se “curtidas”, comentários e compartilhamentos. Há publicações com 10 (MSB14) ou 13 (MSB1) interações, por exemplo, frente a outras com 9,8 mil (MSB12), 7 mil (MSB22) ou 6,7 mil (MSB33). Não há, entre essas publicações, diferenças significativas em seus conteúdos, de forma que a indicação bastante clara é de que há publicações pagas, impulsionadas para alcançar maior público. Não é possível identificar, na comparação entre as publicações, os motivos pelos quais algumas foram pagas e outras, não.



6. Considerações finais

A análise disposta no item anterior nos permite algumas considerações relevantes para o objetivo deste artigo, de compreender as estratégias, temas e argumentos utilizados pelo MSB em sua página no Facebook para inserir no debate público suas perspectivas sobre a PEC 32/2020. A escolha dos formatos e linguagens, bem como a publicação de materiais de origem e fonte próprias, apoia a ideia de atuação em direção à construção de uma narrativa própria, autônoma, do Movimento a Serviço do Brasil a respeito da reforma administrativa.

Essa narrativa inclui não apenas a PEC 32/2020 em si, mas a defesa de uma concepção específica sobre os serviços públicos e a denúncia de outras propostas relacionadas ao tema – caso da PEC 186/2019. Essas abordagens correlatas, porém, vistas no conjunto das publicações analisadas, não encontram vida própria, servindo de suporte para o combate direto à reforma administrativa especificamente. O acionamento dessas outras linhas narrativas, em alguns casos mais amplas (como a defesa geral da importância dos serviços públicos para a população), serve como apoio para a construção de uma micromobilização (PRUDENCIO, 2014) em torno de uma temática específica e, do ponto de vista do debate público, transitória (a reforma administrativa).

Os discursos do Movimento a Serviço do Brasil são direcionados à população em geral, como demonstram os enfoques, temas e argumentos acionados nas publicações. Embora os direitos dos servidores apareçam de forma anexa, é perceptível que o objetivo da ação comunicativa nesse caso é convencer a população a posicionar-se contra a reforma administrativa. O MSB não aponta, porém, uma gama variada de caminhos para que os cidadãos atuem, com exceção da divulgação de uma petição online em algumas das publicações. Assim, o chamado à ação não encontra concretude nas opções disponibilizadas pelo Movimento, limitando-se a um convencimento tácito sobre possíveis prejuízos que a reforma traria à sociedade como um todo.

No que se refere aos temas e argumentos, fica reforçada a tentativa de diálogo com o público “externo”, ou seja, sem enfoque nas categorias representadas pelos sindicatos (servidores públicos) e, sim, nos cidadãos usuários dos serviços oferecidos pelo Estado. Assim, são acionados temas e argumentos relacionados à agilidade,



efetividade, etc., dos serviços públicos, e, principalmente, à ideia de que a reforma aumentaria o espaço para práticas de corrupção. Esse tema (Corrupção), encontra forte apelo popular, motivo pelo qual é constantemente acionado pelo MSB. Especialmente em debates com fundo econômico e em momentos de crises financeiras, discussões sobre corrupção e a vinculação de governos a essas práticas (no caso da reforma, o governo é o proponente e estaria, assim, conforme a narrativa do MSB, facilitando a corrupção) funcionam como “gatilhos naturais para estimular sentimentos negativos” (MUNDIN; GRAMACHO; PINTO, 2018, p. 106).

Em relação às interações do público, percebe-se grande diferença entre algumas publicações e outras, o que, como já apontamos, sugere a utilização de mecanismos de impulsionamento de publicações pagas. Ao mesmo tempo, a baixa interação de algumas publicações demonstra pouco engajamento das entidades que compõem o MSB nos materiais do movimento. Embora elas possam estar publicando diretamente alguns dos materiais, a falta de ação de entidades, dirigentes e categorias sobre as publicações da página do MSB dificulta sua ampliação e o fortalecimento do espaço investigado.

Concretizando o que destaca Araujo (2009) como uma tendência, também aqui o movimento sindical, nesse caso organizado via Movimento a Serviço do Brasil, busca, a partir de seus meios de comunicação, ultrapassar as categorias representadas pelas entidades, dialogando com o conjunto da sociedade. E o faz a partir de lutas amplas, que ultrapassam as meras pautas reivindicatórias, como sugere Momesso (1997) ao caracterizar o sindicalismo classista: embora o tema em questão seja uma pauta específica, a reforma administrativa, e constitua-se como uma micromobilização (PRUDENCIO, 2014), ele é projetado no debate público mais amplo, sobre os serviços públicos e sua importância para a população em geral – embora a caracterização como classista encontre limitações, por exemplo, na ausência de nomeação do governo de Jair Bolsonaro como responsável pela proposta ou do projeto econômico neoliberal que sustenta a reforma administrativa. O discurso do MSB formula-se, assim, como comunicação pública (WEBER, 2017) destinada a intervir sobre a percepção social a respeito de uma tema de interesse público.



Referências

ARAUJO, Vladimir Caleffi. **O jornalismo de informação sindical**: atores e práticas de uma forma de produção jornalística. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

AVRITZER, Leonardo. **O pêndulo da democracia no Brasil**: uma análise da crise 2013-2018. Novos Estudos - Cebrap, [s.l.], v. 37, n. 1, p.273-289, ago. 2018. Novos Estudos – CEBRAP.

CASTELLS, Manuel. **Internet e sociedade em rede**. In: MORAES, Dênis de (org.). Por uma outra comunicação. Rio de Janeiro: Record, 2003.

FERREIRA, Maria Nazareth. **Imprensa Operária no Brasil**. São Paulo: Editora Ática, 1988.

HAUBRICH, Alexandre. **Mídias alternativas em Porto Alegre**: Processos comunicativos, mídiatização digital e cidadania na perspectiva de seus comunicadores. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação – Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos), São Leopoldo (Rio Grande do Sul), 2016. Disponível em www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/5226/ALEXANDRE+HAUBRICH_.pdf. Acesso em 25 de março de 2021.

MOMESSO, Luiz. **Comunicação sindical**: limites, contradições, perspectivas. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1997.

MUNDIM, Pedro Santos; GRAMACHO, Wladimir; PINTO, André Jácomo de Paula. **Razão e emoção**: reações ao estado da economia e aprovação do governo federal. Opinião Pública, Campinas, v. 24, n. 1, p.90-113, jan. 2018.

PRUDENCIO, Kelly. **Mobilizar é comunicar estruturas interpretativas**: apontamentos para discussão e pesquisa sobre a comunicação dos atores coletivos. In: 21º Encontro Anual da Compós, Juiz de Fora (MG), Jun. 2012.

PRUDENCIO, Kelly. **Micromobilizações, alinhamento de quadros e comunicação política**. Revista Compólitica, v. 2, p. 88-110, 2014.

PRUDENCIO, Kelly; SILVA JUNIOR, J. G.. **A Comunicação política das micromobilizações na internet a partir da observação do hip hop em Curitiba**. E#Compós (Brasília), v. 18, p. 1-16, 2015.

TILLY, Charles. **Democracia**. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

WEBER, Maria Helena. **Nas Redes de Comunicação Pública, as disputas possíveis de poder e visibilidade**. In: WEBER, Maria Helena; COELHO, Marja Pfeifer; LOCATELLI, Carlos. Comunicação Pública e Política – Pesquisa e práticas. Florianópolis: Insular, 2017, p. 23-56.